



WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

1. INTRODUÇÃO

A **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.** (atual denominação social de WLM Indústria e Comércio S.A.), está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social “**WLM**” ou por “**Companhia**” e suas controladas e coligadas pelo nome fantasia, conforme abaixo:

Controladas e coligadas	Nome fantasia	Região de atuação / Estado
Controladas operacionais		
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Equipo	Rio de Janeiro
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Quinta Roda	São Paulo e Minas Gerais
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu	Minas Gerais
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu Norte	Pará e Amapá
Fartura Agropecuária S.A.	Fartura	Sul do Pará e Norte do Mato Grosso
Itapura Agropecuária Ltda.	Itapura	Sul de Minas Gerais e São Paulo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	São Sebastião	Norte do Mato Grosso e Sul do Pará
Controlada descontinuada		
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Superágua	Minas Gerais
Coligadas		
Metalúrgica Plus S.A.	Metalplus	Paraná
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Plenogás	Paraná

2. INFORMAÇÕES GERAIS

A **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.** é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200 – 19º andar - Flamengo, registrada na *BM&F Bovespa* desde 1973, com atuação na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

SEGMENTO AUTOMOTIVO

Através de uma rede de quatro concessionárias com vinte estabelecimentos localizados em diversos estados do Brasil, por meio de suas controladas: **Equipo** (*Rio de Janeiro*), **Quinta Roda** (*São Paulo*), **Itaipu** (*Minas Gerais*), e **Itaipu Norte** (*Pará e Amapá*), todas com a certificação mundial **D.O.S. (Dealer Operating Standard)**, a WLM comercializa produtos e serviços da marca **Scania**, como caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção e assistência técnica especializada, voltados aos produtos que comercializa.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO

Por meio das controladas: **Fartura** (*Sul do Pará*) e **São Sebastião** (*Norte do Mato Grosso*), **Itapura** (*região de Campinas/SP*) e **Itapura** (*Sul de Minas Gerais*), a WLM atua na produção, criação e comercialização de bovinos de corte, cultivo e comercialização de grãos.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2017, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

3.1 Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas demonstrações financeiras individuais e nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora WLM Industria e Comércio S.A.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou

liquidação ocorra até o final do exercício seguinte. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidado foi autorizada pela diretoria em 06 de abril de 2018.

3.2 Reapresentação de exercícios anteriores

3.2.1 Propriedades para investimentos

A Companhia possui terras arrendadas para suas controladas que exploram atividades agropecuárias. Como prática contábil, desde a vigência das normas internacionais de contabilidade, a classificação contábil desses imóveis adotada pela Companhia era de propriedade para investimento na controladora e como ativo imobilizado no consolidado, seguindo o que determina o item 15 do CPC 28. Desta forma, ambos os registros das propriedades para investimento foram mensuradas com base no método de valor justo, com a respectiva variação no valor justo reconhecida no resultado do período em que ocorresse.

O método de valor justo adotado pela Companhia foi ressalvado pelos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, que entendem que o método de valor justo para mensurar as propriedades para investimento em suas Informações financeiras difere do método de reavaliação previstos no IAS/16 e Pronunciamento Técnico CPC 27 Ativo Imobilizado. Adicionalmente, o CPC 27 não permite adoção do método de reavaliação, uma vez que a Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens, conforme disposto no CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08. Desta forma, as Demonstrações Intermediárias Consolidadas da Companhia alusivas ao 2º e 3º trimestres de 2017 foram apresentadas com “**Relatório de Revisão Especial – Com Ressalva**”, emitido pelos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

Tendo em vista as diferentes interpretações do arcabouço de normas contábeis, a questão quanto ao método de mensuração das propriedades para investimento foi submetida à apreciação da Comissão de Valores Mobiliário no **Processo Administrativo Não Sancionador - Processo CVM nº 19957.007713/2017-80**, no qual foram dirimidas, pela área técnica da CVM, as divergências de interpretações de normas contábeis então existentes entre, de um lado, a Companhia e todos os seus antigos auditores independentes e, de outro, os Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

No âmbito do citado processo, por meio do **Ofício nº 20/2018/CVM/SEP/GEA-5**, datado de 14/02/2018, a área técnica da Comissão de Valores Mobiliários elucidou a questão de

natureza contábil, emitindo entendimento no sentido de que somente é possível, para o ativo imobilizado, adotar-se o critério de mensuração a valor de custo.

Tal entendimento é diferente daquele adotado pela Companhia até aquela data que, no caso das propriedades para investimento (que estão classificadas como ativo imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas), utilizava como critério de mensuração o valor justo nas demonstrações financeiras individuais e nas consolidadas, procedimento que vinha sendo adotado pela Companhia com base no Pronunciamento Técnico CPC 28, aprovado pela Deliberação CVM nº 584/09.

Considerando a inexistência de precedentes da CVM sobre o assunto em questão anteriormente à emissão do **Ofício nº 20/2018/CVM/SEP/GEA-5**, a prática contábil adotada pela Companhia para a mensuração dos terrenos arrendados para suas controladas nos exercícios anteriores era baseada em seu melhor entendimento da sobre as normas legais e técnicas aplicáveis.

A Companhia, no entanto, optou pela não interposição de recurso ao Colegiado da CVM e, conseqüentemente, pelo atendimento integral das determinações da área técnica da CVM indicadas nos **parágrafos 24 e 25 do Ofício nº 20/2018/CVM/SEP/GEA-5** (procedimento alternativo), adotando o critério de mensuração do ativo imobilizado a valor de custo, com a conseqüente realização dos devidos ajustes retrospectivos (reapresentação retrospectiva).

Assim, a Companhia, à luz da orientação recebida pela CVM, reavaliou as suas práticas contábeis até então adotadas, entendendo por bem seguir a conclusão manifestada pela área técnica da CVM na preparação e divulgação destas demonstrações contábeis.

Desse modo, os seguintes procedimentos foram adotados: **(i)** nestas **Demonstrações Financeiras Anuais Completas e Formulário DFP - data-base 31/12/2017**, a serem apresentadas até 31/03/2018, foram efetuados os devidos ajustes retrospectivos (reapresentação retrospectiva), com inclusão desta nota explicativa específica, anterior às demais notas, informando-se sobre a determinação desses ajustes e os esclarecimentos dos motivos neles considerados, nos termos de adoção de prática contábil ora considerada mais apropriada e, portanto, seguindo-se o que prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23, aprovado pela Deliberação CVM nº 592/09, que dispõe que, quando alterada a prática contábil em uso pela Companhia, as suas demonstrações contábeis necessitam ser alteradas de forma consistente; **(ii)** foi publicado **Fato Relevante** no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Monitor Mercantil no dia 28 de fevereiro de 2018, por meio do qual se comunicou que, por decisão da CVM, estas demonstrações contábeis contemplariam ajustes 4retrospectivos (reapresentação retrospectiva); **(iii)** os Auditores Independentes incluíram parágrafo de menção acerca dos ajustes retrospectivos no relatório de auditoria destas **Demonstrações Financeiras Anuais Completas e Formulário DFP - data base 31.12.2017**; e **(iv)** esse mesmo padrão será adotado para os **Formulários ITR (Informações Trimestrais)** a serem entregues no curso do exercício social de 2018, ao se referirem às informações trimestrais comparativas.

Com base no melhor entendimento da Companhia e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho financeiros, procedeu aos ajustes descritos abaixo nos seus Balanços Patrimoniais e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL da Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 01 de dezembro de 2016.

Assim, seguem abaixo os esclarecimentos sobre os ajustes retrospectivos (reapresentação retrospectiva) nas **Demonstrações Financeiras Anuais Completas e Formulário DFP - data base 31.12.2017**.

- Realizou na Controladora reversão do ajuste a valor justo contabilizados na rubrica de Propriedades para investimentos contra as rubricas de Reserva de lucros e Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, os valores de R\$ 32.971, R\$ 21.761 e R\$ 11.210, respectivamente.

3.2.2 Terrenos

Procede-se, também, os devidos ajustes retrospectivos (reapresentação retrospectiva) nas provisões de tributos diferidos sobre a reserva de reavaliação de terrenos (terra nua) da Companhia.

A seguir, o detalhamento dos referidos ajustes dos itens 3.2.1 e 3.2.2:

Ativo	Nota	2016			01/01/2016		
		Divulgado	Reversão	Reapresentado	Divulgado	Reversão	Reapresentado
Controladora							
ATIVO		442.675	(48.687)	393.988	465.484	(49.058)	416.426
NÃO CIRCULANTE		432.474	(48.687)	383.787	451.358	(49.058)	402.300
Propriedade para investimento	17	65.168	(32.971)	32.197	65.288	(32.971)	32.317
Investimentos		355.587	(15.716)	339.871	378.785	(16.087)	362.698

Ativo	Nota	2016			01/01/2016		
		Divulgado	Reversão	Reapresentado	Divulgado	Reversão	Reapresentado
Consolidado							
ATIVO		518.539	(32.971)	485.568	518.925	(32.971)	485.954
NÃO CIRCULANTE		339.600	(32.971)	306.629	337.619	(32.971)	304.648
Imobilizado	18	304.424	(32.971)	271.453	305.044	(32.971)	272.073

Passivo	Nota	2016			01/01/2016		
		Divulgado	Reversão	Reapresentado	Divulgado	Reversão	Reapresentado
Controladora							
PASSIVO		442.675	(48.687)	393.988	465.484	(49.058)	416.426
NÃO CIRCULANTE		13.306	(4.925)	8.381	13.306	(4.925)	8.381
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	25	13.306	(4.925)	8.381	13.306	(4.925)	8.381
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		422.893	(43.762)	379.131	443.164	(44.133)	399.031
Reservas de lucros	26	113.785	(21.761)	92.024	132.648	(21.761)	110.887
Reserva de reavaliação		96.907	(18.927)	77.980	97.842	(19.298)	78.544
Ajuste de avaliação patrimonial		34.826	(3.074)	31.752	35.299	(3.074)	32.225

Passivo	Nota	2016			01/01/2016		
		Divulgado	Reversão	Reapresentado	Divulgado	Reversão	Reapresentado
Consolidado							
PASSIVO		518.539	(32.971)	485.568	518.925	(32.971)	485.954
NÃO CIRCULANTE		36.482	10.830	47.312	38.289	11.201	49.490
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	25	35.785	10.830	46.615	36.508	11.201	47.709
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		423.388	(43.801)	379.587	443.688	(44.172)	399.516
Reservas de lucros	26	113.785	(21.761)	92.024	132.648	(21.761)	110.887
Reserva de reavaliação		96.907	(18.927)	77.980	97.842	(19.298)	78.544
Ajuste de avaliação patrimonial		34.826	(3.074)	31.752	35.299	(3.074)	32.225
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		495	(39)	456	524	(39)	485

Nas Demonstrações das mutações do patrimônio líquido:

Controladora e Consolidado	Nota	2016			01/01/2016		
		Divulgado	Reversão	Reapresentado	Divulgado	Reversão	Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		423.388	(43.801)	379.587	443.688	(44.172)	399.516
Reservas de lucros	26	113.785	(21.761)	92.024	132.648	(21.761)	110.887
Reserva de reavaliação		96.907	(18.927)	77.980	97.842	(19.298)	78.544
Ajuste de avaliação patrimonial		34.826	(3.074)	31.752	35.299	(3.074)	32.225
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		495	(39)	456	524	(39)	485

3.2.3 Outros ajustes de reapresentação

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho financeiro, procedeu ajustes nas demonstrações dos fluxos de caixa e notas explicativas de 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Na Demonstração do fluxo de caixa:

Após análise a Companhia transferiu certas transações entre controladas e coligadas de atividade de financiamento para atividade de investimento:

Fluxo de caixa	Nota	2016					
		Controladora			Consolidado		
		Divulgado	Ajuste	Reapresentado	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Atividade de investimentos		563	14.813	15.376	28.120	(3.056)	25.064
(Aumento) redução de contas a receber a receber de empresas ligadas		-	(4.036)	(4.036)	-	(115)	(115)
Recebimento de JCP de empresas controladas			23.490	23.490		-	
Aumento de capital social em controladas			(1.700)	(1.700)		-	
Pagamento de dividendos			(2.941)	(2.941)		(2.941)	(2.941)
Atividade de financiamento		14.680	(14.813)	(133)	(3.189)	3.056	(133)
(Aumento) redução de contas a receber a receber de empresas ligadas		(4.036)	4.036		(115)	115	
Recebimento de JCP de empresas controladas		23.490	(23.490)			-	
Aumento de capital social em controladas		(1.700)	1.700			-	
Pagamento de dividendos		(2.941)	2.941		(2.941)	2.941	

Nas Notas Explicativas:

A Companhia divulgava apenas os processos possíveis que estavam na esfera judicial, passando a divulgar todos os processos administrativos, independente da espécie da

ação.

Nota 24 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	2016		
	Consolidado		
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Processos possíveis	5.731	9.867	15.598

Descrição: a Companhia tinha como prática apenas a divulgação do processos possíveis judiciais, passando a divulgar também os processos administrativos.

3.3 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

b) Ativos financeiros

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado.

O valor de mercado reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas.

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 34.

Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no

resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas, quando aplicável, das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização.

Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

c) Quotas de consórcio

As quotas adquiridas referem-se a consórcio de caminhões e estão avaliadas pelo custo de aquisição.

d) Impostos a recuperar e créditos tributários

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo

ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

Para o ativo biológico Soja, a Companhia mensura a custo de produção e quando o ativo está no “ponto de colheita” é realizado a mensuração a valor justo. Após colhido, o grão é tratado como estoque e é avaliado a valor realizável líquido.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente.

Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado.

A contrapartida da adoção inicial do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantida na conta de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

g) Operações com partes relacionadas (ativos não circulantes e passivos circulantes)

As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos e arrendamentos, atualizados pela variação da taxa SELIC, em sua maior parte.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

i) Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. Atualmente as propriedades estão arrendadas para partes relacionadas e por isso estão avaliadas pelo método de custo.

j) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (*impairment*).

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota 18.

k) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

m) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

n) Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

o) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, quando efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando declarada pela Administração antes do

encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido, notas explicativas nº 22 e 26.

p) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota 24.

q) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia, quando da transferência dos riscos e benefícios dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

r) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido.

Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do período é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de impostos pagos durante o período.

s) Novas normas, interpretações e alterações

Aplicáveis às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017

As normas internacionais de relatórios financeiros novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos iniciados em ou após 01/01/2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras e não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores divulgados para o período:

- Alterações à IAS 7 – Iniciativa de divulgação;
- Alterações à IAS 12 – Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar; e
- Revisão anual do IASB do ciclo 2014-2017

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir já emitidas, pois ainda está avaliando os impactos esperados em suas demonstrações financeiras:

IFRS 9 ¹	Instrumentos financeiros	CPC 48
IFRS 15 ¹	Receita de contratos com clientes	CPC 47
IFRS 16 ²	Arrendamento	CPC 06

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de *hedge*.

Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente:

- (a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e
- (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A Companhia não espera mudanças significativas em suas demonstrações financeiras com a adoção da IFRS 9, entretanto ainda não concluiu a avaliação de possíveis impactos.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.

Passo 3: Determinar o preço da transação.

Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

A Companhia não espera mudanças significativas em suas demonstrações financeiras com a adoção da IFRS 15, entretanto ainda não concluiu a avaliação de possíveis impactos.

IFRS 16 - Arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que substitui a IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e interpretações relacionadas. A IFRS 16 estabelece que o arrendatário deve reconhecer todos os arrendamentos no balanço patrimonial, removendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro. Esse pronunciamento estabelece algumas exceções para o reconhecimento dos arrendamentos no balanço patrimonial, incluindo contratos onde o ativo subjacente é de baixo valor ou o período do arrendamento é igual ou menor a 12 meses.

De acordo com esse novo pronunciamento, a Companhia será requerida a reconhecer um ativo pelo direito de uso e o passivo de arrendamento no balanço patrimonial. Os passivos são mensurados com base no valor presente dos pagamentos futuros de acordo com o contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo arrendado geralmente reflete o passivo de arrendamento.

A Companhia ainda não avaliou os impactos decorrentes da adoção do IFRS 16.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; provisões para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; avaliação do valor justo dos ativos biológicos; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para registro de certas transações e informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota 9
- b) Estoques – nota 12
- c) Ativos biológicos – nota 13
- d) Imobilizado – nota 18
- e) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais – nota 25

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 (R3) e CPC 21 (R1), abrangendo as informações anuais das investidas, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora.

Controladas	Atividade	Participação total no capital subscrito e integralizado	
		2017	2016
Operacionais			
Equipo	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Itaipu	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Quinta Roda	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Itaipu Norte	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Fartura	Bovinocultura de corte	99,34*	99,16
Itapura	Pecuária leiteira e de corte / Cafeicultura	100,00*	100,00
São Sebastião	Bovinocultura de corte	100,00*	100,00
Descontinuada			
Superágua	Envasamento de águas minerais	100,00	100,00

* considerando participação indireta

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

6. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 31, a Companhia está apresentando em linha separada na demonstração do resultado do exercício, o resultado das operações descontinuadas.

A WLM possui uma empresa controlada com operações descontinuadas:

· ***Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.***

Explorava as atividades de envase e comercialização de águas minerais das marcas CAXAMBU, LAMBARI, ARAXÁ e CAMBUQUIRA, e encerrou suas atividades em junho de 2005, estando a sua extinção sujeita ao encerramento de todas as demandas e questões de natureza fiscal e judicial.

O resultado negativo das operações descontinuadas em 2017 foi de R\$ 733 e em 2016, de R\$ 169, atribuído totalmente à controladora.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e fundos de investimentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	16	87	3.681	891
	16	87	3.681	891
MOEDA NACIONAL				
CDB Bradesco (CDI 99% a 102,0%)	-	-	-	12
BMB (CDI 100%)	-	-	-	191
			-	203
Fundos de Investimentos				
Bradesco (CDI 10 a 100%)	-	-	5.535	6.388
Itaú-Unibanco (CDI 100%)	172	4.982	172	23.537
	172	4.982	5.707	29.925
Total de caixa e equivalentes de caixa	188	5.069	9.388	31.019

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata, sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates.

A exposição da WLM a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 34.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CDB				
BMB (CDI 102%)	-	1.674	-	1.674
Bradesco (CDI 100%)	-	-	14.560	-
	-	1.674	14.560	1.674
Fundos de Investimentos				
Real Santander (CDI 105%)	-	537	-	537
Itaú-Unibanco (CDI 100%)	-	-	15.244	12.646
Brasil (CDI 100%)	23	23	23	23
	23	560	15.267	13.206
Total de aplicações financeiras	23	2.234	29.827	14.880

Os CDBs, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo considerados como equivalentes de caixa, tendo em vista que a Administração não pretende exercer a opção de resgate antes de 90 dias. No entanto, diante de melhores alternativas, esta opção poderá ser exercida.

As aplicações financeiras, em sua totalidade, estão avaliadas por meio do resultado.

A Companhia não possui interesse em negociar os fundos de investimento.

A exposição da WLM a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 34.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O quadro abaixo demonstra os valores que as empresas controladas têm a receber de seus clientes:

Controladas	Consolidado	
	2017	2016
Equipo	5.815	8.114
Quinta Roda	8.741	24.128
Itaipu	13.158	12.205
Itaipu Norte	14.042	16.207
Fartura	746	248
Itapura	140	143
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.417)	(803)
Total	41.225	60.242

Controladas	Consolidado	
	2017	2016
A vencer	33.276	54.169
Vencidos:		
Até 30 dias	4.703	2.840
De 31 a 60 dias	1.438	824
De 61 a 90 dias	188	590
De 91 a 180 dias	3.037	2.622
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.417)	(803)
	41.225	60.242

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar se há necessidade de provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

Neste exercício a Companhia reconheceu o montante de R\$ 614 mil como crédito de liquidação duvidosa de títulos vencidos a mais de 180 dias.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

Controladas	Consolidado
	2017
Saldo inicial	803
Adições	614
Saldo final	1.417

Uso de estimativas: a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes e se baseia em títulos que estão vencidos há mais de 180 dias.

10. COTAS DE CONSÓRCIO

Controladas	Consolidado	
	2017	2016
Equipo	1.600	2.609
Quinta Roda	23.866	20.909
Itaipu	4.086	3.936
Itaipu Norte	725	725
Total	30.277	28.179

O saldo apresentado refere-se a quotas de consórcio adquiridas, substancialmente, de seus clientes que não conseguem dar continuidade ou não têm mais interesse em adquirir os veículos objeto do consórcio.

11. ESTOQUES

Controladas	Consolidado	
	2017	2016
Veículos e peças	22.264	23.879
Soja	544	
Material de consumo	2.108	1.172
Estoque em formação (café e soja)	2.654	1.787
Total	27.570	26.838

	Consolidado
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2015	25.836
Entrada por compra	322.572
Apropriação de custos	3.466
(-) Baixa por utilização	(5.597)
(-) Custo do produto vendido	(319.286)
(-) Perda	(154)
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2016	26.838
Entrada por compra	379.098
Apropriação de custos	5.249
Ajuste a valor realizável	(552)
(-) Baixa por utilização	(6.938)
(-) Custo do produto vendido	(376.125)
Saldo em 31 dezembro de 2017	27.570

Os estoques de café e soja referem-se a produtos agrícolas mensurados ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 16 (R1) – Estoques. Neste período foi reconhecido o montante de R\$ 552

como ajuste a valor realizável líquido sobre os estoques de soja, demonstrado na linha de Ajuste a Valor Justo de Ativos Biológicos da Demonstração do Resultado.

Uso de estimativa: a Companhia realiza análise do valor realizável dos seus estoques através da comparação de seus saldos contábeis e valor de mercado. Quando este é inferior ao valor contábil, a Companhia constitui provisão para ajuste realizável reconhecido no resultado no período em que ocorrer.

12. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Consolidado			
	2017		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Circulante				
<u>Consumíveis Maduros</u>				
Demonstrados pelo valor justo:				
Bezerras e bezerros (8 a 12 meses)	3.071	2.432	6	5
Novilhas e novilhos	1.501	1.471	3.200	3.236
Vacas	1.376	2.175	1.572	2.341
Bois	797	1.709	918	1.836
Touros	17	37	18	37
Subtotal	6.762	7.824	5.714	7.455
<u>Consumíveis Imaturos</u>				
Demonstrados pelo custo de produção:				
Rebanho em formação	-	2.569	-	2.577
Bezerras e bezerros (0 a 7 meses)	4.708	2.224	5.107	2.265
Subtotal	4.708	4.793	5.107	4.842
Total do circulante	11.470	12.617	10.821	12.297
	Consolidado			
	2017		2016	
	Quantidade	2017	Quantidade	2016
Não circulante				
<u>Consumíveis Maduros</u>				
Touros e tourinhos	624	1.380	824	1.649
Vacas	9.229	14.649	11.424	17.147
Rebanho bovino	9.853	16.029	12.248	18.796
Rebanho equino	203	11	213	15
Total do não circulante	10.056	16.040	12.461	18.811
Total dos ativos biológicos	21.526	28.657	23.282	31.108

O saldo dos ativos biológicos da Companhia, demonstrado pelo valor justo, considera o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda.

Os ativos avaliados pelo custo de produção referem-se ao rebanho em formação e aos bezerros e bezerras de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama. É considerado rebanho em formação os custos alocados às matrizes no período de gestação.

Com relação ao custo de produção do rebanho, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

Circulante	Consolidado
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2016	12.297
Transferência do não circulante	4.175
Apropriação de custos	6.442
Diminuição devido a vendas	(9.576)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos/(mortes)	(560)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(158)
Doação	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.617

Não circulante	Consolidado
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2016	18.811
Transferência para o circulante	(4.175)
Redução devido a mortes	(265)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	1.685
Depreciação	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.040

Em 31 de dezembro de 2017, os animais mantidos para venda eram compostos de 6.762.

Uso de estimativas: premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda, seguindo as premissas em sua apuração:

- (i) A Companhia determinou que a *abordagem de mercado* é a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo para os ativos biológicos consumíveis maduros e a *abordagem de custo* para os imaturos, conforme CPC 46.
- (ii) Especificamente quanto a divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos no CPC 46, utilizado a hierarquia no nível 1 e 3.
- (iii) Os valores justos dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço em mercados específicos de cada área. No caso do rebanho bovino, são considerados dados como idade, raça e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.
- (iv) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo no período. Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta "Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos".

- (v) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade

Propriedade	Técnica de avaliação	Inputs não observáveis	O valor justo alteraria se:	
			Aumentar	diminuir
Animais vivos	Abordagem custo	Custo da ração (milho, farelo de soja)	Custo superior	Custo inferior
		Custo com mão de obra	Custo superior	Custo inferior

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

13. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRRF sobre aplicações financeiras	188	171	202	203
IRRF sobre mútuo	54	98	54	98
IRRF sobre juros de capital próprio	1.575	1.116	1.575	1.116
Imposto de renda	8	278	1.458	1.161
Contribuição social	-	-	430	209
ICMS a recuperar	-	-	840	5.996
Outros	7	7	739	581
Total	1.832	1.670	5.298	9.364
Circulante	1.832	1.670	5.092	4.640
Não circulante	-	-	206	4.724

14. LUCROS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O montante distribuído pelas empresas controladas, a título de lucros e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, está assim composto:

Controladas	Controladora	
	2017	2016
Lucros		
Quinta Roda	300	8.600
Itaipu	400	7.450
Itaipu Norte	4.300	-
Plenogás	399	-
Total	5.399	16.050
Juros sobre o capital próprio		
São Sebastião	-	288
Quinta Roda	2.754	2.805
Itaipu	2.805	-
Itaipu Norte	3.366	3.230
Total proposto	14.324	22.373
Total recebido desde a proposição	(12.896)	(21.268)
Total a receber	1.428	1.105

15. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações da WLM com suas controladas e outras partes relacionadas em 31 de dezembro estão sumariados a seguir:

Empresas	Controladora			
	Ativo não Circulante		Passivo circulante	
	2017	2016	2017	2016
Controladora				
Sajuthá	-	114	-	-
Controladas				
Fartura	-	4.658	-	-
Itapura	-	1.075	-	-
Superágua	-	76	-	-
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302	414	500
Plenogás (*)	-	-	1.128	1.128
Total	302	6.225	1.542	1.628

(*) Coligadas não consolidadas.

Empresas	Consolidado			
	Ativo não Circulante		Passivo circulante	
	2017	2016	2017	2016
Controladora				
Sajuthá	-	114	-	-
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302	414	500
Plenogás (*)	-	-	1.128	1.128
Total	302	416	1.542	1.628

(*) Coligadas não consolidadas.

A Companhia efetua rateio da infraestrutura utilizada por sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., considerando reembolsos de despesas com pessoal, aluguel, energia elétrica, condomínio, impostos e taxas no valor R\$ 668.

As principais transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são atualizados pela variação da taxa SELIC.

As controladas Fartura, São Sebastião e Itapura adquiriram da controlada Quinta Roda quotas de consórcio contempladas para aquisição de máquinas e equipamentos a serem utilizados na produção no valor de R\$ 421.

Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fartura e Itapura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 17.

Impacto no resultado das transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

Empresas	Controladora	
	Atualizações Monetárias (Receita (Despesa) Financeiras)	
	2017	2016
Controladas		
Fartura	215	235
São Sebastião	-	20
Itapura	22	14
Superágua	4	1
	<u>241</u>	<u>270</u>

Neste exercício a WLM registrou transações com partes relacionadas, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

Remuneração da Administração									
Órgão	2017				2016				
	Nº de membros	Fixa	Variável		Total	Nº de membros	Fixa	Variável	
		Salário	Bônus (*)	Gratificação			Salário	Bônus (*)	Gratificação
Diretoria Executiva	2	1.813		499	2.312	2	2.149	1.169	519
Conselho de Administração	5	1.017			1.017	5	831		
Comitê Estratégico (**)	2	19			19	2	19		
Conselho Fiscal	3	181			181	3	299		
Subtotal		<u>3.030</u>	<u>-</u>	<u>499</u>	<u>3.529</u>		<u>3.298</u>	<u>1.169</u>	<u>519</u>
Verbas rescisórias					-		4.166		
Total da remuneração		<u>3.030</u>	<u>-</u>	<u>499</u>	<u>3.529</u>		<u>7.464</u>	<u>1.169</u>	<u>519</u>

(*) Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

(**) O Comitê Estratégico tem 05 participantes, mas somente 02 percebem remuneração.

Vale destacar que em 2016, o então Diretor-Presidente Wilson Lemos de Moraes Junior, renunciou ao respectivo cargo para a concomitante eleição do Sr. Francisco Nuno Pontes Correia Neves, em substituição, para o cargo de Diretor-Presidente, pelo tempo que restava ao renunciante.

Registre-se, ainda, a renúncia do Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores Sr. Rubem Roberto Ribeiro e a eleição do Sr. Álvaro Veras do Carmo para o cargo de Diretor sem designação especial cumulativamente com cargo Diretor de Relações com Investidores, em substituição, pelo tempo que restava ao renunciante, resultando vago o cargo de Diretor Vice-Presidente.

Com relação ao Conselho de Administração, Sr. Luiz Fernando Leal Tegen, renunciou ao cargo de Conselheiro, não tendo sido designado substituto.

16. INVESTIMENTOS

Descrição	Segmento automotivo				
	Equipo	Quinta Roda	Itaipu	Itaipu Norte	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	34.241	59.317	89.425	52.767	235.750
Distribuição de lucros		(6.800)	(9.250)		(16.050)
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	241	(12)	260		489
Aumento de capital				1.700	1.700
Juros sobre capital		(3.300)		(3.800)	(7.100)
Equivalência patrimonial	(716)	4.206	(4.284)	5.466	4.672
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	33.766	53.411	76.151	56.133	219.461
Perda de participação reflexa (1)	(829)	(294)	(256)	-	(1.379)
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	438	131	142		711
Distribuição de lucros	-	(300)	(400)	(4.300)	(5.000)
Aumento de capital	-	-	-	1.300	1.300
Juros sobre capital	-	(3.241)	(3.300)	(3.960)	(10.501)
Equivalência patrimonial	(756)	4.022	2.838	5.652	11.756
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	32.619	53.729	75.175	54.825	216.348

Descrição	Segmento agropecuário			
	Fartura	S. Sebastião	Itapura	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	61.573	35.394	28.536	125.503
Juros sobre capital		(340)		(340)
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	(77)	(32)	(9)	(118)
Equivalência patrimonial	(3.689)	3	(2.068)	(5.754)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	57.807	35.025	26.459	119.291
Ganho de participação reflexa (1)	368	1.617	17	2.002
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	(97)	587	(11)	479
Aumento de capital	8.000	1.300	2.321	11.621
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.093	1.786	-	2.879
Equivalência patrimonial	(4.163)	(263)	(1.257)	(5.683)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	63.008	40.052	27.529	130.589

Descrição	Descontinuada Sumasa	Descontinuada Superágua	Outros	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	286	348	811	1.445
Equivalência patrimonial	16	(185)	145	(24)
Incorporação	(302)			(302)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	-	163	956	1.119
Aumento de capital		125	-	125
Distribuição de lucros		-	(396)	(396)
Equivalência patrimonial		(288)	486	198
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	-	-	1.046	1.046
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016				339.871
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017				347.983

(1) Durante o exercício de 2017, a WLM realizou aumento de capital em suas controladas Fartura, São Sebastião e Itapura resultando em ganho/perda de capital, em contrapartida com o mesmo efeito nas demais controladas das empresas que receberam o aporte.

. Investimentos em Controladas e Coligadas

Patrimônio Líquido e Resultado	2017			2016		
	Total Ativo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Total Ativo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controladas operacionais						
Equipo	38.650	32.619	(756)	41.496	33.766	(760)
Quinta Roda	62.377	53.729	4.022	82.965	53.411	4.179
Itaipu	101.366	75.174	2.838	84.617	76.151	(4.288)
Itaipu Norte	61.900	54.824	5.652	64.992	56.133	5.466
Fartura	81.427	66.108	(4.369)	82.475	61.069	(4.366)
Itapura	40.393	30.773	(1.406)	38.733	29.827	(2.372)
São Sebastião	68.090	55.707	(369)	64.693	51.653	(134)
Controlada descontinuada						
Superágua *	144	(446)	(733)	239	163	(186)
Coligadas						
Metalplus	1.870	1.021	851	1.851	214	(208)
Plenogás	3.325	1.433	650	3.999	2.279	642

Participação em controladas	2017			2016		
	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Controladas operacionais						
Equipo	12.290.290	100,00		12.290.290	100,00	
Quinta Roda	26.401.512	100,00		26.401.512	100,00	
Itaipu	41.686.623	100,00		41.686.623	100,00	
Itaipu Norte	29.500.000	100,00		29.500.000	100,00	
Fartura	1.793.322	95,24	4,10	1.793.322	94,66	4,59
Itapura	32.254.557	89,46	10,54	32.254.557	88,71	11,29
São Sebastião	11.966.742	70,96	29,04	11.966.742	67,81	32,19
Controladas descontinuada						
Superágua	2.031.220.840	100,00		2.031.220.840	100,00	
Coligadas						
Metalplus	3.000	33,33		3.000	33,33	
Plenogás	3.000	33,33		3.000	33,33	

A Companhia realizou provisão para perdas em investimentos permanentes no valor de R\$ 446, registrados na rubrica de outras obrigações, no passivo não circulante. Este valor decorre principalmente provisão de honorários de êxito na controlada descontinuada Superágua.

17. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

O saldo no valor de R\$ 32.109 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 32.197), corresponde a propriedades para investimento que estão arrendadas a partes relacionadas, para exploração de agropecuária. Cada arrendamento tem um período não cancelável de 05 (cinco) anos e as renovações poderão ser negociadas futuramente com as arrendatárias. O detalhamento das propriedades para investimentos pode ser descrito a seguir:

Descrição das propriedades para investimento	Arrendatária	Arrendante	Parte relacionada	Prazo do contrato	Valor do aluguel
Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.366.813,000m² (136,68 ha), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.	Itapura Agropecuária Ltda. CNPJ nº 44.624.179/0001-23 Praia do Flamengo, 200 / 19º Parte - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 31 de março de 2022	R\$ 26,00 mensais por hectare
Imóvel rural com área total de 7.471,5400 ha, conforme abaixo:	Fartura Agropecuária S.A. CNPJ nº 05.427.471/0001-02	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51	Sim	5 anos, com vencimento em 05 de maio de 2019	R\$ 54.000,00 mensais
Área de 4.413,3676 ha, designada como Lote 41, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 904, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis de Santana do Araguaia (PA).	Praia do Flamengo, 200 / 19º Parte - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ			
Área de 1.440,1180 ha, constituída de parte desmembrada do Lote 42, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4336, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).					
Área de 1.618,0544 ha, constituída de parte desmembrada do lote 43, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4337, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).					

No consolidado os valores referentes à propriedade para investimento da controladora estão apresentados no grupo de imobilizado, pois de acordo com o item 15 do CPC 28 (Propriedade para Investimento), a propriedade que está arrendada e ocupada por uma controlada não se qualifica como propriedade para investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário sob a perspectiva do grupo.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Neste exercício de 2017 a Companhia avaliou suas propriedades a valor justo e não identificou fatores que pudessem indicar a necessidade de provisão para perda do ativo. A avaliação foi efetuada por empresa externa especializada.

Propriedade	Controladora	
	Valor contábil	Valor justo
Imóvel Jaguariúna - SP	24.882	54.228
Imóvel Santana do Araguaia - PA	7.227	36.382
Saldo final	32.109	90.610

18. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa anual de depreciação	Controladora					Saldo em 2017
		Saldo em 2016	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	
Terrenos		2.986	19				3.005
Veículos		215					215
Móveis e utensílios		1.179	105	(6)			1.278
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.708			269		1.977
Outros		466	14	(39)			441
Subtotal do imobilizado:		6.554	138	(45)	269	-	6.916
Depreciação acumulada:							
Veículos	10% a 20%	(17)				(76)	(93)
Móveis e utensílios	10%	(755)		4		(104)	(855)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(738)				(176)	(914)
Outros	4% a 10%	(191)		23		(36)	(204)
Total Depreciação acumulada		(1.701)	-	27	-	(392)	(2.066)
Imobilizado em andamento		242	27		(269)		-
Total do imobilizado:		5.095	165	(18)	-	(392)	4.850

Descrição	Taxa anual de depreciação	Controladora					Saldo em 2016
		Saldo em 2015	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	
Terrenos		2.986					2.986
Veículos		343	220	(348)			215
Móveis e utensílios		1.137	42				1.179
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.696	12				1.708
Outros		466					466
Subtotal do imobilizado:		6.628	274	(348)	-	-	6.554
Depreciação acumulada:							
Veículos	10% a 20%	(165)		166		(18)	(17)
Móveis e utensílios	10%	(594)				(161)	(755)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(585)				(153)	(738)
Outros	4% a 10%	(155)				(36)	(191)
Total Depreciação acumulada		(1.499)	-	166	-	(368)	(1.701)
Imobilizado em andamento			242				242
Total do imobilizado:		5.129	516	(182)	-	(368)	5.095

Descrição	Consolidado						
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2016	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2017
Terrenos		207.008	59	-	-		207.067
Edificações e instalações		53.817	8	-	1.086		54.911
Equipamentos e acessórios		11.638	3.334	(138)	699		15.533
Veículos		3.390	897	(483)	158		3.962
Móveis e utensílios		8.008	351	(77)	-		8.282
Pastagem		19.709	-	-	-		19.709
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		-	-	-	0		-
Correção e preparo do solo		1.709	-	-	269		1.978
Outros		473	-	-	1.641		2.114
		3.134	377	(753)	(181)		2.577
Subtotal do imobilizado:		308.886	5.026	(1.451)	3.672	-	316.133
Depreciação acumulada:							
Edificações e instalações	2% a 4%	(13.952)	-	32		(1.305)	(15.225)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(5.740)	-	50		(1.064)	(6.754)
Veículos	10% a 20%	(1.520)	-	267		(400)	(1.653)
Móveis e utensílios	10%	(5.974)	-	61		(528)	(6.441)
Pastagem	5%	(8.953)	-	-		(1.009)	(9.962)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		-	-	-		-	-
Correção e preparo do solo	10%	(739)	-	-		(177)	(916)
Outros	20%	(8)	-	-		(121)	(129)
	4% a 10%	(1.698)	-	81		(212)	(1.829)
Total Depreciação acumulada		(38.584)	-	491	-	(4.816)	(42.909)
Imobilizado em andamento		1.151	3.793		(3.672)		1.272
Total do imobilizado:		271.453	8.819	(960)	-	(4.816)	274.496

Descrição	Consolidado						
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2015	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2016
Terrenos		205.415	17		1.576		207.008
Edificações e instalações		53.093	6	(151)	869		53.817
Equipamentos e acessórios		10.270	1.466	(98)	-		11.638
Veículos		3.958	440	(1.008)	-		3.390
Móveis e utensílios		7.748	335	(75)	-		8.008
Pastagem		19.709	-		-		19.709
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.697	12	-	-		1.709
Correção e preparo do solo		-	473	-			473
Outros		2.922	1.043	(881)	50		3.134
Subtotal do imobilizado:		304.812	3.792	(2.213)	2.495	-	308.886
Depreciação acumulada:							
Edificações e instalações	2% a 4%	(12.699)	-	29	-	(1.282)	(13.952)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(5.017)	-	54	-	(777)	(5.740)
Veículos	10% a 20%	(1.601)	-	371	-	(290)	(1.520)
Móveis e utensílios	10%	(5.340)	-	16	-	(650)	(5.974)
Pastagem	5%	(7.944)	-	-	-	(1.009)	(8.953)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		-	-	-	-	-	-
Correção e preparo do solo	10%	(587)	-	-	-	(152)	(739)
Outros	20%	-	-	-	-	(8)	(8)
	4% a 10%	(1.488)	-	-	-	(210)	(1.698)
Total Depreciação acumulada		(34.676)	-	470	-	(4.378)	(38.584)
Imobilizado em andamento		1.937	2.096	(387)	(2.495)		1.151
Total do imobilizado:		272.073	5.888	(2.130)	-	(4.378)	271.453

Com relação aos imóveis rurais, vale destacar:

Fazenda São João, Estado do Pará: ocorrência de incêndio originário de fazendas vizinhas atingindo a vegetação nativa de reserva legal da Fazenda São João de propriedade da controlada Fartura Agropecuária S/A. A identificação, via satélite, de área queimada gerou notificação de embargo, pelo IBAMA, na reserva legal, no total de 2.480,402 hectares de área de vegetação nativa queimada. O embargo é de natureza

cautelar para permitir a recuperação natural da área embargada. Não há auto de infração ou aplicação de penalidade pelo IBAMA decorrente deste fato.

Fazenda São Sebastião – Estado do Mato Grosso: a controlada AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA., no ano de 2008, ajuizou ação de reintegração de posse contra esbulhadores da área terras denominada “Gleba Pelissioli” integrante a Fazenda São Sebastião. A área invadida tem aproximadamente 7.557,19 hectares e permanece ilicitamente ocupada por esbulhadores aguardando a sentença. Na área em litígio existe, também, desmatamento ilegal praticado pelos esbulhadores. Recente perícia técnica realizada por determinação do Juiz da Vara Especializada de Direito Agrário de Cuiabá-MT, onde tramita o processo de reintegração de posse, constatou que a área desmatada ilegalmente pelos esbulhadores corresponde a 2.665,2 hectares.

A Companhia não estima perdas em decorrência das situações acima mencionadas.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período.

Neste exercício as controladas Fartura, São Sebastião e Itapura avaliaram seus imóveis relacionados as atividades agrícola e pecuária. A avaliação foi efetuada por empresa externa especializada e, de acordo com o laudo apresentado, o valor contábil encontra-se menor que o valor avaliado. O valor de mercado, líquido dos custos de uma eventual venda.

19. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora					
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2016	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 2017
Marcas e patentes		2	-	-	-	2
Direito de uso de <i>Software</i>		200	46	-	-	246
Subtotal do imobilizado:		202	46	-	-	248
Depreciação acumulada:						
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(131)	-	-	-	(164)
Imobilizado em andamento		-	-	-	-	-
Total do imobilizado:		71	46	-	-	84

Descrição	Controladora					
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2015	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 2016
Marcas e patentes		2	-	-	-	2
Direito de uso de <i>Software</i>		182	62	(44)	-	200
Subtotal do imobilizado:		184	62	(44)	-	202
Depreciação acumulada:						
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(108)	-	-	-	(131)
Total Depreciação acumulada		(108)	-	-	-	(131)
Total do imobilizado:		76	62	(44)	-	71

Descrição	Consolidado					
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2016	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 2017
Marcas e patentes		7	-	-	-	7
Direito de uso de <i>Software</i>		187	46	-	-	233
Fundo de comércio		8.920	-	-	-	8.920
Subtotal do imobilizado:		9.114	46	-	-	9.160
Depreciação acumulada:						
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(111)	-	-	-	(144)
Total Depreciação acumulada		(111)	-	-	-	(144)
Total do imobilizado:		9.003	46	-	-	9.016

Descrição	Consolidado					
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2015	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 2016
Marcas e patentes		7	-	-	-	7
Direito de uso de <i>Software</i>		183	48	(44)	-	187
Fundo de comércio		8.920	-	-	-	8.920
Subtotal do imobilizado:		9.110	48	(44)	-	9.114
Depreciação acumulada:						
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(109)	-	-	-	(111)
Total Depreciação acumulada		(109)	-	-	-	(111)
Total do imobilizado:		9.001	48	(44)	-	9.003

Desde 2006, através da controlada Itaipu Norte, a WLM vem explorando a concessão da marca Scania, nos Estados do Pará e Amapá. O fundo de comércio no valor de R\$ 8.920 mil refere-se ao valor da “bandeira” adquirida pela WLM quando da aquisição dessa concessão, mas que não é amortizado em virtude de não possuir vida útil definida, de acordo com o CPC 04 (R1).

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis de seu ativo, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede ao valor recuperável,

esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia realizou o teste de *impairment* e não registrou perdas ao valor recuperável.

20. CONTAS A PAGAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores	83	113	14.840	33.701
Crédito de clientes	-	-	18.083	5.421
Total	83	113	32.923	39.122

Os valores de fornecedores estão representados, basicamente, por valores a pagar a Scania Latin-America. Enquanto que os saldos de crédito de clientes referem-se a parcela de entrada para aquisição de caminhões realizadas pelos clientes enquanto o financiamento do bem está em fase de aprovação pelo FINAME.

No terceiro trimestre a Companhia recebeu de clientes, como adiantamento para compra de 55 caminhões o montante de R\$ 14.025 contabilizados na rubrica créditos de clientes, por conseguinte efetuou pagamento a Scania no valor de R\$ 13.992, apresentado na rubrica adiantamento a fornecedores. A operação foi concretizada no primeiro trimestre de 2018.

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Controladora e consolidado		
	Indexador	Taxa média anual de juros (%)	2017
<u>Banco</u>			
Itau			22
			22
<u>Aplicados no Capital de giro</u>			
Funcafé	Pré	8,5%	1.221
			1.221
<u>Aplicados no Imobilizado</u>			
Finame - BNDES	Pré	8,5%	566
			566
Total			1.809
Circulante			1.456
Não circulante			353

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	2017
Saldo em 31/12/2016	-
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	6.220
Encargos de dividas - juros	218
Pagamento do principal *	(4.463)
Pagamento dos juros *	(166)
Saldo em 31/12/2017	1.809
circulante	1.456
não circulante	353

* Liquidação de linha de crédito obtida em janeiro/17, para financiamento de veículos usados junto ao Banco Scania.

* Liquidação de linha de crédito obtida em Abril/17, para produção de safra agrícola do café

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ

Crédito destinado ao custeio agrícola do café, tendo como devedora solidária a controladora WLM. A amortização será realizada em parcela única, com vencimento em 29/12/2018, no montante correspondente ao principal, acrescido dos encargos financeiros.

Finame - BNDES

Linha de financiamento destinada a modernização de frotas de micro e pequenas empresas do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados por aval da Companhia. As amortizações são realizadas em base mensal, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/03/2018 a 15/03/2022.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Escalonamento da dívida			
Descrição	Taxa pré fixada	de 6 a 12 meses	de 1 a 4 anos
Empréstimos e financiamentos	8,50%	1.456	353
		1.456	353

22. DIVIDENDOS A PAGAR

Em virtude da ocorrência de prejuízo líquido ajustado no exercício de 2017 a Companhia não provisionou dividendo mínimo obrigatório.

O saldo da conta dividendos a pagar está assim representado:

Descrição	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	1.195	1.672
Total	1.195	1.672

Movimentação	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.672
Dividendos prescritos	(477)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.195

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
SHV Gás Brasil Participações Ltda	462	712	462	712
Cotas de consórcio	-	-	1.943	2.598
Provisão para honorários de êxitos	298	-	914	-
Provisões administrativas	60	445	60	1.123
Provisões para perdas de investimentos	446			
Outros	27	53	794	83
TOTAL	1.293	1.210	4.173	4.516
Circulante	633	1.210	2.431	4.016
Não circulante	660	-	2.188	500

SHV Gás Brasil Participações Ltda.

A Companhia responde, solidariamente, perante a *Supergasbras Energia Ltda.* (atual denominação social da *SHV Gás Brasil Participações Ltda.*), a processos fiscais documentados no anexo 9 – do contrato de venda de ações da *Supergasbras Distribuidora de Gás S.A.*, datado de 07 de julho de 2004, no montante de R\$ 462.

Cotas de consórcio

Cotas de consórcio adquiridas para venda de bens e/ou aquisição de máquinas e equipamentos, e que já foram contempladas e parceladas.

Provisões para honorários de êxito

Referem-se a valores a pagar de honorários advocatícios sobre êxito de causas judiciais.

Provisões administrativas

Referem-se a valores a pagar de processos judiciais em fase de execução

Provisões para perdas em investimentos

Referem-se a provisão para perdas na controlada Superágua.

Outros

Corresponde, principalmente, contratos de seguros a pagar.

24. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores jurídicos. As principais informações desses processos, estão assim representadas:

Descrição	Consolidado	
	2017	2016
Trabalhistas	15	197
Total	15	197

Descrição	Consolidado					
	2016	Adições	Atualização	Pagamentos	Reversões	2017
Trabalhistas	197	414	-	(582)	(14)	15
Total	197	414	-	(582)	(14)	15

a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Os valores decorrentes de causas administrativas, ambientais, trabalhistas, cíveis e de execução fiscal, no montante de R\$ 28.727 (2016 - R\$ 15.598), cuja avaliação dos assessores jurídicos aponta para uma probabilidade de perda possível, não foram registradas nestas demonstrações financeiras.

Descrição	Consolidado	
	2017	2016
Administrativo	4.271	4.272
Execução fiscal	17.791	5.594
Trabalhistas	1.987	823
Cíveis	4.558	4.803
Ambientais	120	106
Total	28.727	15.598

Dentre as causas de maior relevância destacamos:

I - Administrativos: três processos administrativos instaurados pelo Estado de Minas Gerais contra a Superágua Empresas de Minerais S.A (descontinuada) para apuração de supostos débitos pelo não pagamento de compensações financeiras decorrentes da exploração de recursos minerais (aguas minerais), com montantes estimados em R\$426, R\$512 e R\$2.800, perfazendo o total de R\$3.738;

II - Execuções Fiscais: Variação decorre de duas ações de execução fiscal ajuizadas pelo Estado do Rio de Janeiro, classificadas em 2016, como perda remota e em 2017 como possível. Em uma ação, a Companhia sustenta a ilegalidade de auto de infração com relação a operações realizadas pela Superágua Distribuidora de Bebidas Ltda. (incorporada pela Companhia), de compras de mercadorias de produção do estabelecimento industrial da controlada Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (com operações descontinuadas), localizado em Caxambu-MG, que resultaram em perda de arrecadação de ICMS, segundo alega o Estado do Rio de Janeiro, no montante estimado de R\$11.763. Em outra, a controlada Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (com operações descontinuadas) sustenta a ilegalidade de auto de infração pela não inclusão do frete na base de cálculo do ICMS-Substituição Tributária, no montante estimado de R\$5.963. Em ambos os casos as ações têm por origem em operações comerciais de exploração de águas minerais (descontinuadas) que resultaram em autos de infração;

III - Trabalhistas: A variação decorre, principalmente, de Reclamação Trabalhista ajuizada por ex-empregado (vendedor) da controlada Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., pleiteando diferenças de comissões de venda e reflexos em razão de alteração do sistema de comissionamento, no montante estimado de R\$1.595;

IV – Cíveis: (a) ação de indenização de danos diretos e lucros cessantes ajuizada por Cliente contra a Scania Latin América Ltda. e a controlada Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., decorrente de supostos defeitos de fabricação em 05 (cinco) chassis de ônibus, no montante estimado de R\$1.604. Conforme sentença de 09 de março de 2018, o novo valor estimado totaliza o montante de R\$ 4.042, no que se refere a parte da Companhia; (b) ação rescisória de contrato de compra e venda c/c indenizatória ajuizada por Cliente

contra a Scania Latin América Ltda. e a controlada Equipo Máquinas e Veículos Ltda. visando à rescisão da compra e venda do veículo e o ressarcimento de perdas e danos decorrentes de supostos defeitos de fabricação, no montante estimado de R\$893; (c) ação de indenização securitária ajuizada por ex-empregado da Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. contra a Royal & Sunalliance Seguros e a Companhia (na qualidade de estipulante do contrato de seguro), visando receber o capital segurado por invalidez funcional total permanente, no montante estimado de R\$ 474.

Para esses processos classificados como perda possível ainda não há certeza de que haverá saída de recursos para provisões, de forma que, para a Administração, ainda não é factível estabelecer probabilidades de liquidação.

A Companhia contratou seguro garantia referente ao processo de execução fiscal, movido pela Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro em face a controlada Superágua Empresa de Águas Minerais S/A.

Uso de estimativas: a Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões e inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração monitora a evolução dos riscos dos processos administrativos e judiciais, através de Assessoria Jurídica interna e de Assessores Jurídicos externos especializados.

25. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas pela reserva de reavaliação e pelo reflexo dos ajustes patrimoniais decorrentes da adoção dos pronunciamentos contábeis. Os valores apresentados são revisados anualmente.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda	6.161	6.161	29.201	31.173
Contribuição social	2.220	2.220	15.102	15.442
Total	8.381	8.381	44.303	46.615

Descrição	2017	
	Controladora	Consolidado
Reavaliação de ativos	15.546	114.704
Custo atribuído a realizar	6.164	53.092
	21.710	167.796
Tributos diferidos passivos - 34%	(7.381)	(57.051)
Efeito controladas	(3.214)	
Constituição de tributos diferidos ativos limitados a 30% do passivo	2.214	12.251
Tributos diferidos ativos para compensação de dívidas fiscais PRT	-	497
Saldo de tributos diferidos líquido	(8.381)	(44.303)

A WLM e suas controladas possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, cujos créditos tributários não foram registrados contabilmente por não haver a previsão de geração de lucros tributáveis, assim distribuídos:

Controladas	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal - IRPJ	27.299	50.689
Base negativa - CSLL	27.854	50.316

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social é de R\$ 177.375.000 (R\$ 177.375.000 em 2016), representando 36.414.670 (36.414.670 em 2016) ações nominativas, sendo 16.571.220 (16.571.220 em 2016) ações ordinárias e 18.843.450 (18.843.450 em 2016) ações preferenciais, sem valor nominal.

A movimentação das contas nos exercícios de 2017 e 2016 estão inseridas em quadro próprio denominado mutação do patrimônio líquido.

Capital social autorizado

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de junho de 2004, a Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que estabelecerá sobre as condições do respectivo aumento, até o valor correspondente a R\$ 300.000, através de emissão ou não de novas ações ordinárias ou preferenciais, respeitando o limite legal.

Reservas

Segue-se a descrição da natureza e objetivos para cada reserva no patrimônio líquido:

Reserva de reavaliação

Consoante o artigo 4º da Instrução CVM nº 469, de 02 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07, em bens próprios de suas controladas.

A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados

Ajuste de avaliação patrimonial

Representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado e ativo biológico (circulante e não circulante).

Reserva de lucros

Reserva legal

Representa os valores registrados, conforme definido no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no estatuto social.

Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos

Conforme determina o estatuto social da Companhia, nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do capital social.

Em virtude da ocorrência de prejuízo líquido ajustado no exercício de 2017 a Companhia não provisionou dividendo mínimo obrigatório.

O Conselho de Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral Ordinária que o prejuízo líquido ajustado no valor de R\$ 2.398 seja absorvido pela reserva de investimentos, atendendo determinação contida no parágrafo único do art. 189 da lei nº 6.404/76.

27. RESULTADO POR SEGMENTO DE ATIVIDADE

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, a WLM, por meio de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil, atua na comercialização de produtos agrupados em atividades dos segmentos automotivo e agropecuário, que oferecem diversos produtos e serviços, com diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*.

Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração da Companhia analisa mensalmente os relatórios internos das diretorias executivas. Outras operações incluem aluguel de propriedades para investimento para partes relacionadas. Este segmento operacional não possui relevância que possa determinar a elaboração de reportes.

Descrição	2017				2016			
	Administração	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total	Administração	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total
Operações continuadas								
Receita operacional bruta								
Receita de bens		473.461	14.818	488.279		401.900	14.300	416.200
Receita de serviços		49.667		49.667		43.505		43.505
Total da receita operacional bruta		523.128	14.818	537.946		445.405	14.300	459.705
Deduções de receita bruta		(47.328)	(875)	(48.203)		(37.131)	(1.104)	(38.235)
Receita líquida de vendas e serviços		475.800	13.943	489.743		408.274	13.196	421.470
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(373.951)	(11.750)	(385.701)		(316.610)	(11.700)	(328.310)
Lucro bruto		101.849	2.193	104.042		91.664	1.496	93.160
Despesas operacionais, líquidas de receitas	(13.009)	(88.845)	(9.473)	(111.327)	(23.016)	(92.925)	(10.043)	(125.984)
Resultado financeiro	757	2.551	(265)	3.043	4.668	4.801	(543)	8.926
Outras receitas	671	(2.422)	904	(847)	1.810	2.562	2.218	6.590
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(11.581)	13.133	(6.641)	(5.089)	(16.538)	6.102	(6.872)	(17.308)
Imposto de renda e contribuição social		(1.377)	497	(880)		(1.506)		(1.506)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(11.581)	11.756	(6.144)	(5.969)	(16.538)	4.596	(6.872)	(18.814)
Operações descontinuadas				(733)				(169)
Total	(11.581)	11.756	(6.144)	(6.702)	(16.538)	4.596	(6.872)	(18.983)

Descrição	2017				2016			
	Administração	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total	Administração	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total
Ativo total de segmentos reportáveis		266.712	190.408	457.120		277.140	185.901	463.041
Outros ativos	17.068			17.068	22.288			22.288
Ativos descontinuados				144				239
Total do Ativo Consolidado	17.068	266.712	190.408	474.332	55.259	277.140	185.901	485.568
Passivo total de segmentos reportáveis		266.712	190.408	457.120		277.140	185.901	463.041
Outros passivos	17.068			17.068	22.288			22.288
Passivos descontinuados				144				239
Total do Passivo Consolidado	17.068	266.712	190.408	474.332	55.259	277.140	185.901	485.568

A avaliação do desempenho da Companhia é medida pelo resultado do segmento automotivo, seu principal negócio.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e da contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração.

28. RECEITA DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

Descrição	Consolidado	
	2017	2016
Receita de bens	488.279	416.200
Receita de serviços	49.667	43.505
Total da receita operacional bruta	537.946	459.705
Impostos faturados	(48.203)	(38.213)
Descontos concedidos	-	(22)
Total das deduções da receita Bruta	(48.203)	(38.235)
Total	489.743	421.470

A receita de vendas é reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos e serviços são transferidos para os clientes, bem como na extensão em que for provável, que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações do resultado, a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

29. CUSTO DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

Descrição	Consolidado	
	2017	2016
Veículos	370.635	314.077
Pecuária	9.576	9.025
Soja	1.185	1.382
Café	989	836
Serviços (automotivo)	3.316	2.533
Outros	-	457
Total	385.701	328.310

30. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Honorários da administração	1.017	831	1.017	831
Honorários do conselho fiscal	181	299	181	299
Salários e encargos	8.030	15.810	68.474	78.444
Serviços de terceiros	470	1.840	5.325	6.360
Manutenção predial e outros	62	99	3.027	3.973
Benefícios a empregados (*)	716	960	10.060	10.083
Aluguéis e arrendamentos	440	1.358	1.106	2.190
Condução, viagens e estadas	253	134	4.597	3.709
Impostos, taxas e contribuições	1.242	1.259	2.786	3.113
Condomínio	176	305	176	305
Comunicações	69	83	1.398	1.581
Frota própria	18	17	725	747
Frete de terceiros	-	-	1.294	1.442
Manutenção de máquinas e equipamentos	47	41	1.277	1.063
Despesas com seguros	88	43	414	500
Anúncios e publicações	220	398	320	491
Propaganda, promoção e representação	-	-	427	343
Multas	-	3	-	176
Manutenção de obras de infraestrutura	-	2	106	230
Manutenção de <i>softwares</i>	222	161	2.909	2.763
Mortes e perdas	-	-	825	917
Créditos de liquidação duvidosa	-	-	614	803
Outros	182	218	1.279	2.871
Total	13.433	23.861	108.337	123.234

(*) Refere-se a Plano de Saúde, Vale Refeição, Vale Alimentação e Vale Transporte.

31. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras	423	757	3.938	4.916
Atualização monetária	335	666	444	937
Juros recebidos	-	-	327	398
Outras receitas financeiras	3	3.282	1.364	4.856
Subtotal	761	4.705	6.073	11.107
Despesas Financeiras				
Juros	(1)	-	(2.610)	(1.684)
Atualização monetária	-	(33)	(238)	(472)
Encargo sobre dívidas - juros	-	-	(166)	-
Despesas bancárias	(3)	(4)	(16)	(19)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(6)
Subtotal	(4)	(37)	(3.030)	(2.181)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	757	4.668	3.043	8.926

32. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados de acordo com as respectivas bases abaixo apresentadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	(5.942)	(18.983)	(5.969)	(18.843)
Alíquota fiscal combinada da contribuição social e do Imposto de Renda	34%	34%	34%	34%
Encargos da Contribuição Social e do Imposto de Renda às alíquotas combinadas	2.020	6.454	2.029	6.407
Ajustes				
Equivalência Patrimonial	1.981	(376)	165	374
Juros sobre capital próprio	(3.570)	(2.529)	-	-
Créditos tributários não ativados e outros	(431)	(3.549)	(3.074)	(8.287)
Tributos no resultado				
Corrente	-	-	(1.377)	(1.506)
Diferido	-	-	497	-
	-	-	(880)	(1.506)

33. LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Durante os dois últimos exercícios, não houve alteração no total em circulação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Por isso, o cálculo do resultado básico por ação está apresentado considerando o total de ações da Companhia em circulação no final de cada exercício.

No caso da WLM, o lucro/prejuízo diluído por ação é igual ao lucro/prejuízo básico por ação, pois a Companhia não possui instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar em emissão de ações. O quadro abaixo, apresentado em R\$, demonstra o cálculo do lucro/prejuízo por ação com base no Prejuízo líquido apurado em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Lucro básico por ação	Controladora e consolidado					
	2017			2016		
	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Total	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Total
Ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	16.571.220	19.843.450	36.414.670
Total de ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	16.571.220	19.843.450	36.414.670
Operações continuadas						
Prejuízo líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	(2.704.103,86)	(3.238.068,76)	(5.942.172,62)	(8.638.526,38)	(10.344.329,89)	(18.842.711,78)
Prejuízo líquido básico e diluído por ação ON e PN (R\$)	(0,16)	(0,16)	-	(0,45)	(0,50)	-
Operações descontinuadas						
Prejuízo líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	(333.432,60)	(399.273,75)	(732.706,35)	(77.000,51)	(92.205,39)	(169.205,90)
Prejuízo líquido básico e diluído por ação ON e PN (R\$)	(0,01)	(0,02)	-	(0,01)	(0,01)	-

34. COMPROMISSOS

A Companhia, através de sua controlada Fartura, tem contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

Produto	Data da entrega	Quantidade	Consolidado contratos	Unidade	Preço
Safra 17/18					
Soja	mar/18	15.000	2	sacas	66,00

35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A geração de caixa da Companhia é originada, principalmente, pelo recebimento de juros sobre capital próprio e distribuição de lucros de suas controladas que têm atividades operacionais voltadas ao segmento agropecuário e automotivo, este último com maior representatividade na receita consolidada.

No segmento automotivo, a atuação é basicamente na revenda de caminhões, ônibus e peças da marca Scania e na prestação de serviços e de assistência técnica; enquanto que no segmento agropecuário, a atuação é na produção e comercialização de commodities agrícolas tais como soja, milho e café, além de cria, recria e engorda de gado bovino.

Desta forma, o desempenho financeiro das controladas, e consequentemente da Companhia, está diretamente exposta a (i) atividade econômica do país, a qual determina uma maior ou menor demanda por caminhões, ônibus, peças e serviços correlatos, (ii) variações das taxas de juros internas no Brasil, onde menores taxas podem trazer maiores incentivos para financiamento e impactar na demanda por bens de consumo, (iii) condições climáticas que geram impacto direto na produtividade das atividades agrícolas e (iv) volatilidade do preço internacional da commodity e da taxa de câmbio (preço da commodity atrelada ao dólar, enquanto que a venda interna ocorre em reais).

Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores

justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Risco de preço

No que tange as atividades do segmento agropecuário, embora a receita represente uma parte pequena do faturamento da Companhia, existe um potencial risco de variação de preço nas commodities agrícolas influenciadas por condições de mercado, as quais muitas vezes independem da gestão direta da administração. Na medida em que haja uma perspectiva de crescimento na atuação neste segmento, a administração avaliará outras estratégias com vista a obter maior proteção contra a variação dos preços das commodities.

Risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito, relacionado as contrapartes de suas aplicações e às contas a receber de clientes de suas controladas operacionais. A política financeira da Companhia mitiga seu risco associado as suas aplicações financeiras, alocando-as em fundos de investimentos conservadores e de alta liquidez geridos por instituições financeiras de primeira linha.

As operações de vendas das controladas que atuam no segmento agropecuário é concentrada em poucos clientes. Embora possa existir um risco por conta da concentração, parcela substancial das vendas é realizada para clientes altamente qualificados e com perfil de crédito de primeira linha. Por sua vez, no segmento automotivo, há uma grande diversificação de clientes. O risco de crédito é administrado por normas internas específicas de análise e aprovação do crédito de clientes, estabelecendo limites de exposição por cliente e garantias acessórias necessárias. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa		188	5.069	9.388	31.019
Aplicações financeiras		23	2.234	29.827	14.880
Contas a receber de clientes		-	-	41.225	60.242
Adiantamento a fornecedores		-	-	13.992	-
Subtotal		211	4.705	94.432	11.107

Risco de liquidez

Um dos grandes objetivos da Administração é a preservação de caixa da Companhia. Em cada empresa controlada existe um monitoramento constante da previsão dos fluxos de caixa presentes e futuros de forma a assegurar a saúde financeira e atender às necessidades operacionais.

Com relação a aplicação de seus recursos em ativos financeiros, o critério de liquidez é uma das regras observadas pela Administração.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de planejamento e monitoramento de seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

Hierarquia do Valor Justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo e passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas do setor agropecuário terem ativos biológicos, que são avaliados a valor justo através de dados publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 2.

A movimentação e respectivos ganhos e perdas no resultado do exercício, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 12.

Gestão do Capital Social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, protegendo, desta forma, seu capital de oscilações da política econômica.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em:

Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como as contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado.

c) Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, como segue:

Descrição	Exposição 2017	Risco	Impacto	Cenário I Provável **	Cenário II Possível	Cenário III Remoto
Controladora						
Aplicações Financeiras	23	Baixa do CDI*	Resultado	(2)	(3)	(4)
Consolidado						
Aplicações Financeiras	28.563	Baixa do CDI*	Resultado	(2.856)	(3.713)	(4.570)

*As aplicações financeiras estão concentradas em fundos de investimento e CDB's. Os fundos são classificados como renda fixa e referenciados DI, os quais investem predominantemente em ativos pós-fixados ao CDI e apresentam liquidez diária para resgate. Outra pequena parcela corresponde a CDB's com liquidez diária, que também são indexados ao CDI.

** Considera o CDI de 19/03/2018, 6,75% ao ano, colação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do Bacen.

Risco de juros

Embora a Companhia e suas controladas não mantenham exposições a dívidas financeiras com juros pós fixados e/ou a instrumentos de hedge/derivativos no mercado, a Administração entende que existe uma exposição ao risco de taxa de juros, principalmente pelo fato de que grande parte das compras de veículos ocorre na forma de financiamentos por parte dos clientes. Se taxas de juros ficam mais altas, o custo do financiamento encarece e, conseqüentemente, a demanda por aquisições de novos veículos tende a ser menor. A Companhia não possui risco de juros passivos, tendo em vista que os juros são pré-fixados.

Risco de câmbio

A Companhia não mantém aplicações financeiras atreladas ao risco cambial, mantendo uma política conservadora na aplicação de seus recursos visando pouca volatilidade, liquidez de curto prazo e rentabilidade atrelada ao CDI.

Embora as empresas controladas não apresentem instrumentos financeiros com exposição a moedas internacionais, eventuais alterações no câmbio podem afetar as condições no mercado que elas atuam, principalmente no que tange a formação dos custos de produtos para venda, podendo, assim, influenciar no desempenho operacional e financeiro.

A Administração está constantemente monitorando as variáveis de mercado e avaliando as vantagens e desvantagens de contratação de seguros, de forma a reduzir o risco cambial.

36. COBERTURA DE SEGUROS

A WLM e empresas controladas possuem seguros com coberturas básicas e adicionais para veículos, instalações, equipamentos, produtos e responsabilidade civil, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2017 totaliza, aproximadamente, R\$ 260.036 (R\$ 92.671 – 2016), montante considerado suficiente, pela Administração da Companhia e seus corretores de seguros, para a cobertura de seus bens patrimoniais e riscos operacionais.

Ramo	Tipo de cobertura	Consolidado	
		Valor segurado	
Compreensivo empresarial (Multiriscos)	Incêndio, queda de raio e explosão; danos elétricos - riscos comerciais; responsabilidade civil operações; responsabilidade civil empregador; roubo ou furto qualificado de bens; roubo ou furto de valores em trânsito; roubo ou furto de valores no interior do estabelecimento; vendaval até umaça; danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil empregador; danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil operações.	R\$	65.950
RC Administradores e Diretores (D&O)	Atos de gestão dos administradores e danos ambientais	R\$	30.000
Automóvel / RCF / APP	Incêndio, roubo, colisão, responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros.	R\$	7.365
		R\$	103.315

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

37. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Em 2017, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, são como seguem:

Descrição	Consolidado
	2017
Prescrição de dividendos	477
Total	477

* * *

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
A DIRETORIA

FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES
Diretor-Presidente

ÁLVARO VERAS DO CARMO
Diretor de Relações com Investidores

NARGILLA NAIRA RODRIGUES DA COSTA
Contadora
CRC/RJ 111.602/O-0